



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

**TERMO DE REFERÊNCIA  
(AQUISIÇÃO/FORNECIMENTO)**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para o o fornecimento de materiais gráficos, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus setores, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e Pedido de Compras que será parte integrante deste documento. Segue itens e seus quantitativos:

**Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e Assistência Social:**

<b>PRODUTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
ADESIVO PARA VEÍCULO 20cm x 37 cm. Adesivo de alta performace leitoso 010 para impressão digital para aplicação em superfície plana e curva simples. Para personalização de veículos com durabilidade mínima de 1 ano a partir da adesivaçãoono veículo.	100
ADESIVO PARA VEÍCULO 21cm x 15 cm.desivo de alta performace leitoso 010 para impressão digital para aplicação em superfície plana e curva simples. Para personalização de veículos com durabilidade mínima de 1 ano a partir da adesivaçãoono veículo.	200
ADESIVO PARA VEÍCULO 31cm x 23 cm.desivo de alta performace leitoso 010 para impressão digital para aplicação em superfície plana e curva simples. Para personalização de veículos com durabilidade mínima de 1 ano a partir da adesivaçãoono veículo.	130
ADESIVO PARA LIXEIRA - 40 X 30 CM	400
ADESIVO PARA LIXEIRA - 100 X 80 CM	100
ADESIVO AUTOCOLANTE -PAPEL ADESIVO- 15X21 CM - COLORIDO-PERSONALIZADO. Papel Adesivo, colorido/Personalizado.	32



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

ADESIVO PARA VEÍCULO 50X50CM	82
ADESIVO PARA PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM GERAL - 50 x 25 CM	280
BANNER EM LONA - 80 X 125. Em lona brilho, lona de alta resistência à exposição ao tempo, 80x125cm. cores: 4x4. acabamento do produto; cordão de nylon e bastão de madeira na parte superior e bastão de madeira na parte inferior.	55
BANNER FAIXA em lona brilho. lona de alta resistência a exposição ao tempo 3m x 0,80cm. cores 4 x 0. acabamento do produto: dois ilhós em cada lateral, um na parte superior e um na parte inferior de cada lado.	37
BANNER INFORMATIVO- em lona brilho. lona de alta resistência a exposição ao tempo 1m x 0,50cm. cores 4 x 0. acabamento do produto: cordão de nylon e bastão de madeira na parte superior e bastão de madeira na parte inferior.	24
BANNER PUBLICITARIO em lona brilho. lona de alta resistência a exposição ao tempo 2m x 0,90cm. cores 4 x 0. acabamento do produto: cordão de nylon e bastão de madeira na parte superior e bastão de madeira na parte inferior.	20
BLOCO DE AUTO DE INFRAÇÃO PARA SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM Medidas 30 x 21cm, 4 vias: branca, amarela, azul e verde, com 100 folhas.	1
BLOCO DE REQUISIÇÃO INTERNA CARBONADO TIMBRADO COM 50 JOGOS POR BLOCO com 2 vias cada jogo.Primeira via branca e picotada e segunda via verde,numeração a partir de 001. Dimensões aproximadas:21,5cm x 15,5cm (cxa)	112
BOTTONS PERSONALIZADOS 4,5CM COM ALFINETE. Base 100% em alumínio. verso em plástico. alfinete firme, resistente e de ponta fina, não estraga a roupa. impressão em alta resolução (fotográfica) com alta durabilidade. arte no momento da contratação	1000
CAPA DE PROCESSO TIMBRADO - confeccionada em papel AP 90 Gr 1/0 monocromático medindo 475x325 mm.	16
CARTAZ 40X60 COLORIDO layout enviado antes da impressão.	605
CARTAZ EM COUCHE 150GR Brilho A3 297 X420MM	135



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

CERTIFICADO papel couche fosco tamanho A4 – colorido.	450
CONFEÇÃO DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO TIPO CRACHÁ - Em pvc, medindo 8,60x5,40cm, impressão 4/4 cores com foto digitalizada, onde deverá constar logo do município, nome do funcionário, função, nome da secretaria, com porta cracha em pvc transparente, cordão personalizado com as logo da prefeitura, em fita de gorgurão acetinada, na cor verde militar, medindo 20,00x850mm, com impressão digital em 1440 dpi de alta definição, com terminal de solda e presilha de metal niquelado e fixador tipo jacaré.	30
CARTÃO DE VISITA EM PAPEL COUCHE com brilho, 9cm x 5cm, arte no momento da contratação	2000
CRACHA EM PAPEL CARTÃO com cordinha 10x14cm.	450
ENVELOPE SACO OFF SET MEDINDO 260/M X 360MM, 4x0 colorido/personalizado	3000
ENVELOPE BRANCO TIMBRADO - PEQUENO Dimensões aproximadas 23x11,5 cm (cxa)	1040
ENVELOPE BRANCO TIMBRADO TAMANHO GRANDE, Dimensões aproximadas 36x26cm (cxa)	2270
ENVELOPE BRANCO TIMBRADO TAMANHO MÉDIO Dimensões aproximadas 25x18 cm (cxa)	2195
FOLDER EM PAPEL COUCHÊ 210G, 21X10 CM. Folha A4 com duas dobras, artes no momento da contratação.	28000
FOLHA DE INFORMACAO - PACOTE COM 1000 FOLHAS. 1/1, tamanho A4; timbrado.	17
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC Tamanho 30x10, com adesivo adesivo colorido, espessura mínima de 3mm.	10
PLANFLETO COUCHE BRILHO 21X15 cm . Panfle Couchê brilho frente e verso.	5000
PANFLETOS. 20x21 aberto com uma dobradura couchê 120g, sem verniz - 4x4	1000
PAPEL TIMBRADO - PACOTE 500 FOLHAS. 4/0 tamanho A4, gramatura 90g pacotes com 500 folhas.	1
CUPONS PARA SORTEIO com a impressão dos dizeres na frente e uma assinatura impressa no verso. Tamanho 70x100mm (medidas mínimas). Tipo de papel: 4/1 por 0,75 g. Impressão OFF SET, bloco 100x1. Tipo de encadernação: colagem lateral destacável, numeração tipo gráfica.	5.000

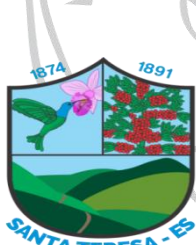


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

PANFLETO FRENTE SEM IMPRESSAO (BRANCO) no verso em papel couchê brilhante (destaca cores) Gramatura mínima 170g, no formato 10x15 cm, impressão com 4x0 cores.	30.000
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PVC 80X60 com adesivo colorido , espessura mínima de 3mm	40
ANUÁRIO - Em papel couchê brilhoso 29,7 x 42 cm (A3), contendo 7 folhas com um vinco (14 páginas de 21 x 29,7 cm)	1500

**Secretaria Municipal de Saúde:**

PRODUTO	QUANTIDADE
CADERNETA DA GESTANTE. Caderneta com 50 páginas. Impressão do miolo colorida em papel offset, com características de resistência à água ("à prova de água"). Layout a ser enviado no momento da impressão. Tamanho 15,8 x 21 cm.	600
CADERNETA DA CRIANÇA - MODELO MENINA. Material impresso em papel offset 75g, frente e verso (alta qualidade). Contém 110 páginas, blocada. Layout a ser enviado no momento da impressão. Tamanho A5 (15,8 x 21cm)	400
CADERNETA DA CRIANÇA - MODELO MENINO. Material impresso em papel offset 75g, frente e verso (alta qualidade). Contém 110 páginas, blocada. Layout a ser enviado no momento da impressão. Tamanho A5 (15,8 x 21cm)	400
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE AGENDAMENTO. Cartão no formato folder com 01 (uma) dobra. Impressão frente e verso, em branco e preto. Destinado a consultas odontológicas. Layout a ser enviado antes da impressão.	3000
BLOCO DE RECEITUÁRIO BRANCO. Formulário em bloco com 100 (cem) folhas. Impressão em tinta preta (1x0). O layout será enviado antes da impressão.	1000
BLOCO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL (BRANCO - 2 VIAS). Formulário em bloco com 50 (cinquenta) jogos em 02 (duas) vias autocopiativas (totalizando 100 folhas), sem canhoto.	200



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

*“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”*

*“Doce Terra dos Colibris”*

RECEITUÁRIO ESPECÍFICO DE NOTIFICAÇÃO B - AZUL. Em única via, com 50 folhas em cada bloco e com canhoto. Medidas 8 x 23,5cm.	500
BLOCO DE GUIA DE REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA. Formulário em bloco com 100 (cem) folhas. Impressão em tinta preta (1x0). O layout será enviado antes da impressão.	500
BLOCO DE GUIA DE BPAI (BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL INDIVIDUALIZADO). Formulário em bloco com 100 (cem) folhas. Impressão em tinta preta (1x0). O layout será enviado antes da impressão.	500
BLOCO DE PEDIDO DE EXAMES. Formulário em bloco com 100 (cem) folhas. Impressão em tinta preta (1x0). O layout será enviado antes da impressão.	1000
BLOCO DE ATESTADO MÉDICO. Formulário em bloco com 100 (cem) folhas. Impressão em tinta preta (1x0). O layout será enviado antes da impressão.	300
BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO. Formulário em bloco com 100 (cem) folhas. Impressão em tinta preta (1x0). O layout será encaminhado para aprovação antes da impressão.	300
CERTIFICADO DE CORAGEM (VACINAÇÃO). Certificado de coragem para vacina impresso em papel offset A4, com 240g/m <sup>2</sup> , rigidez diferenciada e alta porosidade e opacidade (não borra). Aprovar layout antes da confecção.	3000
BLOCO DE NOTIFICACAO TAMANHO A4, 50 X 3 Sendo 03 (três) vias carbonadas, folhas coloridas sendo 1º via na cor branca, 2º via na cor verde e 3º via na cor amarelo, impressão em cor preta, enumeradas a partir do numero 00001.	10
CARTÃO DE CONTROLE DE HIPERTENSÃO/DIABETES. Cartão em cartolina branca com 01 (um) vinco central. Impressão em tinta preta (1x1 cor) no anverso e verso.	1000
CONFECCAO DE CARTAO DE IDENTIFICACAO DO TIPO CRACHA - Em pvc, medindo 8,60x5,40cm, impressão 4/4 cores com foto digitalizada, onde deverá constar logo do município, nome do funcionário, função, nome da secretaria, com porta cracha em pvc transparente, cordão personalizado com as logo da prefeitura, em fita de gorgurão acetinada, na cor verde militar, medindo 20,00x850mm, com impressão digital em 1440 dpi	550



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

de alta definição, com terminal de solda e presilha de metal niquelado e fixador tipo jacaré.	
---	--

1.2. O fornecimento é enquadrado como continuado tendo em vista que os materiais gráficos são utilizados de forma recorrente nas atividades administrativas e na comunicação institucional, sendo indispensáveis para a adequada prestação dos serviços públicos.

1.3. Os bens são caracterizados como comum, conforme inciso XIII, do artigo 6º da Lei 14.133/2021, visto que:

- I) os produtos a serem fornecidos apresentam baixo grau de complexidade técnica;
- II) são contratados corriqueiramente pela administração;
- III) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório, de modo a permitir que a decisão da contratação se baseie no menor preço.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente documento visa criar condições para a contratação de empresa para o fornecimento de materiais gráficos, que atenderá as necessidades de aquisição para uso/consumo das Secretarias desta municipalidade, assim como a reposição no estoque do Almoxarifado Central, a depender do material.

## 3. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

3.2. No presente caso, identifica-se a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades. O agrupamento desses itens em lotes poderá: Ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação futura; Possibilitar maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes em razão de maior volume de negócios; Diminuir as chances de desinteresse dos licitantes por itens não tão atrativos por conta de baixo valor.

3.2.1. O agrupamento também visou tornar mais eficiente o processo de aquisição, para evitar emissão de empenhos com valores ínfimos, e assim, proporcionar um processo mais eficaz e econômico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

3.2.2. Desta forma, justificamos a licitação dividida por lotes.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos objetos, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Menor geração de resíduos;

4.1.1.2. Maior vida útil;

4.1.1.3. Menor custo de manutenção;

4.1.1.4. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais

4.1.1.5. Incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos;

4.1.1.6. Aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis

### 4.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1.1. Fornecimento dos materiais gráficos, incluindo a confecção, controle de qualidade e garantia das condições sanitárias dos produtos;

4.3.1.2. Responsabilidade pela entrega dos produtos em conformidade com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no contrato.

4.3.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.3.2.1. Serviços de transporte e logística para entrega dos produtos, desde que mantidas as condições adequadas de conservação;

4.3.2.2. Serviços auxiliares, como armazenamento temporário em centros de distribuição devidamente regularizados e que atendam às normas sanitárias vigentes.

4.3.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.4. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.5. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 5. DO LOCAL, DA ENTREGA, DA VALIDADE E DA GARANTIA

### 5.1 LOCAL DA ENTREGA

5.1.1. Os materiais deverão ser entregues Secretaria Municipal de Administração e RH, localizada à Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Centro, Santa Teresa/ES, CEP: 29.650-000, telefone (27) 3441-9707, dentro de seu horário de funcionamento: 8h às 11h e de 12h30 às 15h30.

5.1.2. As entregas solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde deverão acontecer no almoxarifado da mesma, localizado na Rua Coronel Bonfim Júnior, nº 354, Centro - Antigo Hospital, Santa Teresa/ES.

### 5.2. CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.2.1. O prazo de entrega dos materiais será de até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração. Materiais gráficos como folders, cartazes e similares, serão solicitados ao longo do período contratual, em entregas fracionadas, de acordo com a demanda, respeitado o prazo máximo estabelecido para cada solicitação.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro horas) de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

**5.2.4.** Quando da entrega dos materiais, de posse da Autorização de Fornecimento/Execução, o Fiscal do Contrato fará o seu RECEBIMENTO PROVISÓRIO através da assinatura do canhoto de recebido da Nota Fiscal Eletrônica, representando esse ato a conferência dos materiais entregues pela Contratada, o valor unitário e o total dos mesmos.

**5.2.5.** Após o recebimento provisório dos materiais, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada pelo fiscal do contrato, a conformidade dos materiais proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação.

**5.2.6.** A aceitação é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos materiais, que será realizado exclusivamente pelo fiscal do contrato, através da aposição, data e assinatura do carimbo de "Atesto" na Nota Fiscal Eletrônica.

**5.2.7.** Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, ou apresentarem defeitos tais como: sinais aparentes de que não se tratam dos materiais novos, de primeiro uso, dentre outros que possam identificar qualidade incompatível com a especificada e declarada, os materiais deverá ser substituído, por conta e ônus da Contratada, em no máximo, 10 (dez) dias consecutivos, não considerados como prorrogação de prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao materiais encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

**5.2.8.** O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade dos materiais fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização desse materiais.

**5.2.9.** A Nota Fiscal deverá ser emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório e deverá estar em conformidade com a unidade de fornecimento indicada na proposta do fornecedor e da Nota de Empenho.

**5.2.10.** Os materiais deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e acompanhados das respectivas notas fiscais de fornecimento.

**5.2.11.** Os fornecedores que efetivarem a entrega através de transportadoras deverão intermediar a exigência contida no subitem 5.1.1. entre a empresa terceirizada para a entrega e o Município de Santa Teresa.

**5.2.12.** O descarregamento do objeto até o local definido neste Termo de Referência ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim o for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

### 5.3. GARANTIA / VALIDADE

**5.3.1.** O prazo de garantia dos produtos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.3.3.** A garantia/validade será prestada com vistas a manter dos materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

**5.3.4.** Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia/validade deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

**5.3.5.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos materiais que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de confirmação do recebimento pela empresa da solicitação da troca;

**5.3.6.** O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

**5.3.7.** Decorrido o prazo sem o atendimento da solicitação, sem também justificativas para o não atendimento, o Contratado continuará com a obrigação de entregar o item novo, além da Contratante ficar autorizada na aplicação de sanções previstas no Art. 155 e Art. 156 da Lei 14.133/2021;

**5.3.8.** O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**5.3.9.** Caso existam prazos divergentes de garantia em laudos ou manuais, prevalecerá o prazo maior.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** A fiscalização da contratação (administrativa e técnica) pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos será exercida pela servidora Ingrid Faian de Lyrio, designada como Fiscal do Contrato, tendo como suplente o servidor Odair Antonio Scalzer, enquanto a fiscalização pela Secretaria de Assistência Social será exercida pelo servidor Diego Nunes Dalcomo, tendo como suplente a servidora Marineth Martins Maia dos Santos, e a fiscalização pela Secretaria de Saúde será exercida pelo servidor Douglas Ribeiro Santana, tendo como suplente a servidora Isabela Angeli. A servidora Maria José Foeger designada como Gestora do Contrato. A estes, competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo darão ciência à Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

**6.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.3.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**6.4.** O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **6.6. Rotinas de Fiscalização**

**6.6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **6.7. Fiscalização Técnica**

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.7.2.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.7.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.7.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.7.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

**6.7.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.7.7.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **6.8. Fiscalização Administrativa**

**6.8.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.8.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **6.9. Gestor do Contrato**

**6.9.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.9.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.9.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.9.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.9.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.9.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.9.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.10.** Todo o trâmite desde a declaração do vencedor até a entrega e posterior pagamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021);

## 7. DO PAGAMENTO

### 7.1. LIQUIDAÇÃO

**7.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

**7.1.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.1.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.1.1.1.** A data da emissão;

**7.1.1.2.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.1.1.3.** O período respectivo de execução do contrato;

**7.1.1.3.** O valor a pagar; e

**7.1.1.4.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.1.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.1.5.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.1.6.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

**7.1.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**7.1.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**7.1.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **7.2. PRAZO DE PAGAMENTO**

**7.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

**7.2.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.2.3.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA para correção monetária.

## **7.3. FORMA DE PAGAMENTO**

**7.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou transferência



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

eletrônica, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**7.3.2.** Será considerada data do pagamento, no caso de ordem bancária, o dia em que constar como emitida, no caso de transferência eletrônica, a data de sua efetivação;

**7.3.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**7.3.4.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**7.3.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **8.1 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**8.1.1.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (art. 69, II da Lei nº 14.133, de 2021), ou emitida via internet dentro do prazo de validade (validade mínima de 30 dias) informado no corpo da certidão que comprove regularidade perante a comarca da sede da licitante. A certidão retirada pela internet poderá ser exclusiva para a comarca da sede da licitante ou contemplar todas as comarcas desde que esteja regular na comarca solicitada. Em sendo omissa a certidão quanto ao prazo de validade da mesma, considerar-se-á o prazo de emissão de até 60 (sessenta) dias.

**8.1.2.** A empresa que se encontrar em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, a qual certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório/sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

### **8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.2.1.1.** Comprovação de aptidão para fornecimento de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**8.2.1.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

**8.2.1.3.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.2.1.4.** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

**8.2.1.5.** O licitante, quando solicitado deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, cópia do contrato, ou outro documento, que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA PROPOSTA

**9.1.** O custo estimado total da contratação será conforme pesquisa de preços e mapa de preços formalizado pelo Setor de Compras, que será parte integrante deste documento.

### 9.2. Da Exequibilidade da Proposta

**9.2.1.** A análise das propostas observará as regras previstas no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.2.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.2.3.** Para comprovação da exequibilidade da proposta deverão ser apresentados contratos, faturas ou orçamento com o objeto e preços compatíveis aos ofertados pelo licitante para a contratação, acompanhados de notas fiscais, planilha de composição de custos e declaração da licitante que comprove a exequibilidade da proposta.

**9.2.5.** A não comprovação da exequibilidade ensejará a desclassificação da proposta, nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo Único.** Para as propostas com preço entre 50% e 45% do valor orçado pela administração será exigido uma declaração justificando a exequibilidade da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SANTA TERESA

proposta. A declaração deverá conter informações detalhadas que comprovem a viabilidade econômica da proposta apresentada.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Santa Teresa/ES, pela seguinte dotação:

### SMAR

005001.0412200082.008 – Gestão das Políticas da Administração

33903000000– Material de Consumo

Ficha: 052

Fonte: 1500

### SMAS

#### GESTÃO

Atividade: 013001.0812200192.035 – Gestão das Atividades da SMAS

Elemento de Despesa: 33903000000 – Material de Consumo.

Fonte de Recurso: 150000000000

Ficha: 289.

### CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

Atividade: 013001.0824500202.046 – Gestão das Atividades da PSEMC - CREAS

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 150000000000

Ficha: 372.

### BOLSA FAMÍLIA

Atividade: 013001.0812200292.086 – Gestão das Atividades do IGB Bolsa Família

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 16609999

Ficha: 314.

### SMSA

Atividade: 021 002 10 301 0028 2.073 - Gestão das Ações da Atenção Básica



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

Elemento da Despesa: 33903000000 - Material de Consumo

Ficha: 0026

Fonte de Recurso: 150000150000

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições neste Termo de Referência;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

11.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objetivo fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4.1. As notificações se darão por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual ou da apresentação da proposta, ficando a cargo desta avisar em até 1 (um) dia útil, qualquer alteração deste no curso do contrato;

11.4.2. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA após 2 (dois) dias úteis do seu envio.

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, designando servidores com competência necessária para promover o recebimento dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega;

11.6. Anotar em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento dos produtos;

11.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

11.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

11.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

11.11. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

11.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.13. Restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

#### 11.14. Obrigações específicas

11.14.1. Encaminhar à Contratada as artes, conteúdos institucionais, layouts e demais informações necessárias à confecção dos materiais gráficos;

11.14.2. Analisar e aprovar, em prazo razoável, as provas digitais ou físicas apresentadas antes da produção final, indicando eventuais ajustes;

11.14.3. Conferir as especificações quanto a formato, cores, tiragem e acabamento;

11.14.4. Manifestar-se formalmente quanto à aceitação dos materiais, a fim de evitar atrasos na execução do objeto.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: procedência e prazo de garantia ou validade;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**12.6.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**12.7.** Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.;

**12.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Santa Teresa.

**12.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**12.10.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de Contrato;

**12.11.** Não promover nenhuma alteração do FORNECIMENTO ou especificações do bem, sem a prévia aprovação, por escrito, do Município;

**12.12.** Responder, entre outros, por todos os encargos referentes ao uso na fabricação do bem, de marcas e patentes sujeitas a "royalties" ou encargos semelhantes, usadas por ela para atendimento ao FORNECIMENTO ora contratado.

**12.13.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE.

**12.13.1.** Ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

**12.14.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de cada item contratado, desde que a despesa não esteja liquidada;

**12.15.** Por acordo entre as partes as supressões poderão ser superiores ao limite de 25% estabelecido no item anterior;

**12.16.** Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

**12.17.** Estar ciente de que todas as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança deverão ser emitidos com o destaque do Imposto de Renda a ser retido, além das demais retenções (Contribuição Previdenciária, ISSQN etc.), quando for o caso, sendo que não serão efetuadas as retenções de CSLL, PIS/PASEP e COFINS, de acordo com o Decreto Municipal de Santa Teresa - ES nº 436, de 11 de setembro de 2023 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012. E que é condição para recebimento e aceitação das notas fiscais, faturas e quaisquer outros documentos de cobrança referente a fornecimento de bens, que o documento tenha destacado o valor do Imposto de Renda (IR) Retido na Fonte e que este seja deduzido da fatura ou eventual boleto para pagamento;

**12.18.** Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

**12.19.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**12.20.** Transportar os produtos e disponibilizar mão de obra especializada para entrega deles;

**12.21.** Custear o frete relativo à devolução dos produtos defeituosos dentro do prazo de garantia;

**12.22.** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação;

**12.23.** Encaminhar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e o relatório de adimplemento de encargos;

**12.24.** Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail e demais formas de comunicação para abertura de chamados e envio de notificações, comunicando-o em até 1 (um) dia útil caso haja qualquer alteração;

**12.25.** Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

**12.26.** Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

objeto contratual;

**12.27.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**12.28.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação na contratação direta;

**12.29.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**12.30.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**12.31.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

**12.32.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

**12.33.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.34.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**12.35.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**12.36.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

### **12.37. Obrigações Específicas**

**12.37.1.** A Contratada procederá à entrega dos produtos em até 20 (vinte) dias consecutivos após o recebimento da Autorização de Fornecimento, na Secretaria Municipal de Administração e RH, localizada à Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Centro, Santa Teresa/ES, CEP: 29.650-000, telefone (27) 3441-9707, dentro de seu horário de funcionamento: 8h às 11h e de 12h30 às 15h30.

**12.37.2.** A produção dos materiais gráficos somente poderá ser iniciada após a aprovação formal da arte pela Administração, mediante envio de prova digital ou física, quando necessário. O prazo de entrega será contado a partir da aprovação definitiva, sendo vedada a impressão prévia sem autorização do setor responsável.

## **13. DAS SANÇÕES**

**13.1** Ao fornecedor licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência;

II – Multa:

a) Compensatória;

b) Mora.

III – Impedimento de Licitar e Contratar;

IV – Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.

**13.1.1** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Instrução Normativa.

**13.1.2.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista na alínea “a” do inciso II do caput deste artigo.

### **13.2. DA DOSIMETRIA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

**13.2.1.** A sanção de **advertência** será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta na hipótese de inexecução parcial de obrigação contratual, desde que sejam atendidas uma das seguintes condições:

I – Não comprometer o objeto principal do contrato. A obrigação descumprida não afeta de forma significativa a entrega do produto ou a prestação do serviço.

II- Puder ser corrigida sem grandes prejuízos. O erro ou falha pode ser sanado rapidamente, sem grandes impactos financeiros ou operacionais.

III- Não gerar riscos à segurança ou à integridade de pessoas ou bens. A falha não coloca em risco a segurança, saúde ou a integridade de bens públicos ou privados.

IV- Ocorrência pontual e sem reincidência. Não há reincidência frequente da falha, sendo algo isolado ou de baixa gravidade.

**13.2.2.** A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I – 2% (dois por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

b) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

c) dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

V – 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”  
“Doce Terra dos Colibris”

- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

Parágrafo Único. Nos contratos ou nas atas de registro de preço que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput deste artigo e seus incisos, para cálculo da multa, incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**13.2.2.1.** O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos a Administração, incluindo os pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado.

Parágrafo Único. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, paga por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), ou por Cobrança Administrativa ou por fim, ser cobrada judicialmente.

**13.2.3.** Será aplicada a sanção de **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II – dar causa à inexecução total do contrato;
- III – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V – não celebrar o contrato ou a ata de registros de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VII – Quando a empresa for sancionada com Advertência duas ou mais vezes;

§ 1º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista nos incisos I e II do caput deste artigo será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

a Administração Pública Municipal de Santa Teresa - ES pelo prazo de 03 (três) anos.

§ 2º Aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no inciso V do caput deste artigo será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Santa Teresa - ES pelo prazo de 02 (dois) anos.

§ 3º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista nos incisos III, IV, VI e VII do caput deste artigo será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Santa Teresa - ES pelo prazo de 01 (um) ano.

**13.2.4** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V – praticar ato lesivo previsto no caput do art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;

§ 1º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos pelo prazo de 04 (quatro) anos.

§ 2º Aos responsáveis pela infração administrativa prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos pelo prazo de 05 (cinco) anos.

§ 3º Aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e V do caput deste artigo será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos pelo prazo de 06 (seis) anos.

## **14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, contados a partir



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa e interesse da Administração.

**14.1.1.** Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura.

**14.1.2.** A Administração poderá prorrogar o prazo para assinatura do contrato, por igual período, na forma do Art. 90, da Lei federal nº 14.133/2021.

**14.1.3.** O prazo de vigência do contrato é superior ao da entrega para:

**14.1.3.1.** Amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo de entrega, provocados por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato;

**14.1.3.2.** Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;

**14.1.3.3.** Englobar os recebimentos provisórios e definitivos.

**14.2.** O prazo para a entrega será de 20 (vinte) dias consecutivos, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

## **15. DO ACRÉSCIMO, DA SUPRESSÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25%.

**15.2.** Por acordo entre as partes as supressões poderão ser superiores ao limite de 25% estabelecido no item anterior;

**15.3.** O Contrato terá sua extinção automaticamente com o fim do prazo de vigência.

**15.4.** Poderá ocorrer rescisão, após indeferimento de defesa da parte responsável, em caso de descumprimento das cláusulas acordadas.

## **16. DO REAJUSTE**

**16.1.** Os preços contratados são fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de elaboração do orçamento estimado (mapa de preços), em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**16.2.** Para fins deste TR, considera-se orçamento estimado o levantamento formal de preços realizado pela Administração Pública, com base em pesquisa de mercado, contendo valores médios obtidos junto a fornecedores, contratações



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"  
"Doce Terra dos Colibris"

similares e/ou sistemas oficiais de preços, utilizado como parâmetro para definição do valor de referência da contratação. Este documento serve de base para a avaliação da vantajosidade da proposta, bem como para o controle da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**16.3.** Após o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado (mapa de preços), os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, observado o disposto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021. O reajuste incidirá exclusivamente sobre as obrigações executadas após a ocorrência da anualidade, sendo vedada a aplicação retroativa sobre valores devidos em períodos anteriores. O Contratado declara, desde já, ciência e concordância quanto à necessidade de formalização de pedido de reajuste, instruído com as justificativas e documentos pertinentes, para fins de atualização contratual, sem prejuízo da possibilidade de iniciativa do Contratante, se assim entender necessário.

**16.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**16.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**16.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**16.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**16.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**16.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**16.10.** O reajuste será apreciado no prazo de 30 dias úteis, conforme previsão.

## **17. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**17.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade



PREFEITURA MUNICIPAL  
de SANTA TERESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA  
Estado do Espírito Santo  
*“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”*  
*“Doce Terra dos Colibris”*

de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.2.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Santa Teresa/ES, 06 de maio de 2026.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**PAOLA HONORATO SALLA**  
AUXILIAR PUBLICO MUNICIPAL  
GERCOMP - SMAR - PMST  
assinado em 07/05/2026 12:57:56 -03:00

**ODAIR ANTÔNIO SCALZER**  
ASSESSOR(A) DE ALMOXARIFADO  
ASSALMOX - SMAR - PMST  
assinado em 07/05/2026 08:19:53 -03:00

**MARINETH MARTINS MAIA DOS SANTOS**  
GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL  
GERADMIN.SMAS - SMAS - PMST  
assinado em 06/05/2026 14:24:58 -03:00

**ISABELA ANGELI**  
GERENTE DE ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE  
GERPRIS - SMSA - PMST  
assinado em 06/05/2026 14:19:50 -03:00

**INGRID FAIAN DE LYRIO**  
GERENTE ADMINISTRATIVO  
GERADMIN.SMAR - SMAR - PMST  
assinado em 06/05/2026 14:09:29 -03:00

**DIEGO NUNES DALCOLMO**  
GERENTE  
GERADMIN.SMAS - SMAS - PMST  
assinado em 06/05/2026 14:20:17 -03:00

**DOUGLAS RIBEIRO SANTANA**  
GERENTE DE VIGILANCIA EM SAUDE  
GERVIGES - SMSA - PMST  
assinado em 06/05/2026 14:19:16 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 07/05/2026 12:57:56 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por PAOLA HONORATO SALLA (AUXILIAR PUBLICO MUNICIPAL - GERCOMP - SMAR - PMST)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-5JLR8J>